RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Intervention and Revolution — Por Richard J. Barnet. Nova Iorque, The World Publishing Company, 1968.

De acôrdo com o autor, revolução é uma palavra gasta, usada tanto para exaltar o caráter **revolucionário** dos novos cremes para cabelo, quanto para discutir a violência revolucionária que se alastra no Terceiro Mundo. Para Barnet, esta violência não tem sido adequadamente interpretada e entendida pelos Estados Unidos. Muitas revoluções do Terceiro Mundo têm sido traídas, corrompidas e distorcidas nos seus objetivos. A ambigüidade moral dos movimentos revolucionários tem sido usada pelos Estados Unidos para justificar uma campanha global para contê-los e esmagá-los. Por êste motivo, também a palavra **comunista** tem sido desgastada pelo seu uso demasiado freqüente e inadequado: tudo o que pode desagradar ao Departamento de Estado é considerado como tal. Existem três tipos de teorias que visam a explicar porque razão os Estados Unidos assumiram a responsabilidade de se opor às revoluções do Terceiro

Mundo: a) ideologia oficial da Responsabilidade Americana, da missão civilizadora da América no mundo contemporâneo, da preservação da liberdade e do papel pacificador dos Estados Unidos. b) Teorias que criticam o envolvimento americano no mundo, mas acatam as justificativas dêsse envolvimento. O idealismo levou a exageros que devem ser contidos e corrigidos. c) Teorias que criticam o envolvimento e os motivos alegados pela ideologia oficial. Ao invés do idealismo excepcional, o principal motivo apontado é o imperialismo econômico.

Embora a argumentação do autor deixe transparecer uma certa preferência pela terceira abordagem, êle procura mostrar que a versão atualizada do modêlo tradicional de imperialismo econômico não é suficiente para explicar todos os aspectos de uma política extremamente consistente, regular e sistemática de contenção e oposição a revoluções. Para o autor, torna-se extremamente importante entender como é que funciona a burocracia da segurança nacional. Em grande parte, afirma Barnet, a política intervencionista é o resultado direto do desenvolvimento da tecnologia da intervenção.

Uma vez que navios-espiões ou fôrças de contra-insurreição se encontrem disponíveis, a burocracia daí conclui que o seu uso se torna vital. O comportamento intervencionista do Estado moderno está ligado a uma compulsão burocrática e, tanto quanto possível ao ambiente político do mundo atual, não podendo ser explicado exclusivamente a partir de relações econômicas.

Isto pôsto, o autor procura mostrar de que forma e, em que medida, ideologia e estratégia política estão relacionadas. O autor não visa a explicar o processo de formação das distintas ideologias anteriormente citadas, mas sim mostrar a importância da ideologia oficial na emergência do comportamento político.

No confronto dos dois mundos — o dos gerentes da segurança nacional e o mundo do revolucionário — existe um elemento comum: a ilusão de que a violência que êles desencadeiam é controlável e que se os objetivos da matança forem alcançados a violência cessará. A violência institucionalizada e disfarçada, vigente tanto nas sociedades subdesenvolvidas quanto na própria sociedade americana, não tem sido reconhecida como tal a

não ser pelos revolucionários que desencadeiam violência ativa contra a violência estrutural. O não reconhecimento da violência estrutural impede o gerente da segurança nacional de enfrentar o problema da violência ativa de forma conveniente e adequada.

Por causa disto os Estados Unidos estão forçando a realização da sua própria profecia: os Estados Unidos são vistos como o inimigo comum do Terceiro Mundo e a presença militar dos americanos em tôda parte tem estimulado a solidariedade revolucionária. Esta solidariedade, todavia, não significa, como se entende nos Estados Unidos, a penetração e expansão do comunismo internacional, mas sim a difusão de ideais revolucionários no Terceiro Mundo. O líder guerrilheiro sabe melhor do que ninguém que revoluções pròpriamente ditas não podem ser exportadas, que elas não têm condições de sucesso, a não ser que recebam o apoio da população local e que as condições sócio-econômicas em vigor sejam intoleráveis, sem que exista a possibilidade de lutar pela mudança através de meios pacíficos. A idéia dos Estados Unidos como a polícia do mundo consolidou-se durante a Segunda Guerra Mundial e foi posta em prática com a Doutrina Truman e a guerra civil grega, com a Doutrina Eisenhower e a guerra civil libanesa, com a Doutrina Johnson e a intervenção na República Dominicana, e com tôdas as quatro intervenções dos Estados Unidos no Vietnã, entre muitos outros casos. Tôdas as situações acima foram brilhantemente analisadas por Richard Barnet, que conclui o livro procurando mostrar que existem regularidades extremamente expressivas nos processos utilizados pelos Estados Unidos com o objetivo de subverter governos tidos como indesejáveis e nos padrões americanos de intervenção direta.

Conclui o autor afirmando que as alegações de uma nação poderosa no sentido de justificar o uso de fôrça e coerção em outros territórios, mesmo sem o consentimento dos seus governantes, não se constitui em uma novidade e uma exceção do ponto de vista histórico. A história dos grandes impérios indica uma grande semelhança e recorrência de mecanismos e comportamentos que objetivem provar as condições especiais de missão e res-

ponsabilidade que justificam o uso da fôrça por parte dos poderosos.

Os Estados Unidos vêem como as únicas alternativas à **Pax Americana,** a **Pax Soviética** ou a **Pax de Pequim.** Isto justifica intervenções unilaterais sob a capa do prestígio de um internacionalismo e multilateralismo falso e artificial. Em têrmos concretos, a comunidade mundial não existe ou é ignorada para efeitos decisórios, a não ser quando chamada, **a posteriori,** para legitimar decisões irreversíveis. Os argumentos idealistas da defesa da liberdade contra o totalitarismo dificilmente se sustentam, quando se nota que entre os governos **livres** que recebem generosa ajuda americana, militar ou não, encontram-se os governos de Formosa, Coréia do Sul, Vietnã do Sul, Irã, Paraguai, e muitas ditaduras totalitárias localizadas na periferia da União Soviética e da China Comunista.

A defesa da liberdade não tem levado os Estados Unidos a interferir na área que, de comum acôrdo com os russos, foi definida como zona de influência da União Soviética. A estratégia da intervenção tem sido modernizada mas o seu caráter básico permanece o mesmo: o apoio de ditaduras de direita em todo o mundo.

A contribuição dos Estados Unidos para a comunidade internacional, ao adotar a estratégia intervencionista, consiste em aumentar grandemente o perigo de uma guerra mundial, quando se dispõe a pagar qualquer preço para resistir, pela fôrça, à revolução.

E não é suprimindo revoluções que o problema do desenvolvimento será resolvido. A ausência de desenvolvimento tem sido preferida em relação a qualquer risco de comunização, por menor que seja êste risco. E desenvolvimento implica em mobilização das fôrças sociais, o que sempre acarreta algum tipo de risco e instabilidade.

Os meios não revolucionários para mudança e desenvolvimento têm sido suprimidos a partir da própria política externa americana e a partir da conduta dos seus clientes.

Por causa disto, seria muito difícil a supressão da política intervencionista a esta altura dos acontecimentos. A supressão da assistência militar é a primeira condição para a mudança da política externa americana. No próprio interêsse americano, esta mudança precisa ocorrer, pois, entre outros aspectos, a política intervencionista é autodestrutiva. O atual êrro de perspectiva da política americana torna os Estados Unidos uma ameaça aos outros países e a si próprio.

Revolução é uma forma destrutiva e desumana de mudança política, que se torna necessária quando outras alternativas não existem. O custo econômico e humano da guerra civil no Terceiro Mundo é muito grande, mas talvez seja maior ainda o custo econômico e humano quando se evita a revolução, a qualquer preço.

Em suma, uma análise brilhante onde o autor busca, em todos os momentos, superar o **bias** cultural e o etnocentrismo que informa a maioria dos estudos do mesmo gênero.

JOSÉ PAULO CARNEIRO VIEIRA

The Industrialization of São Paulo, 1880-1945 — Por Warren Dean. Austin, Texas, Institute of Latin American Studies, University of Texas Press, 1969, 263 páginas. (Latin American Monographs, nº 17).

O livro de Warren Dean não é uma monografia no sentido estrito do têrmo, nem é um ensaio. O autor parece ter procurado tomar o que há de positivo em cada uma dêsses estilos. O resultado é uma interpretação notàvelmente rica e estimulante do processo de industrialização em São Paulo até o final da Segunda Guerra Mundial. (Vale dizer que, em face do grande pêso específico da área paulista nesse processo, a análise abrange momentos decisivos da história econômica e política nacional nesse período).